

FH vai coordenar reação ao pessimismo

■ Turbulência econômica, fantasma da inflação e corte de investimentos levam presidente a fortalecer comando sobre ações do governo

Gilberto Alves - 8/2/99

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu assumir diretamente a coordenação das ações de governo. A instabilidade econômica, o risco de volta da inflação, a redução dos recursos para investimentos federais e a necessidade de respostas concretas forçaram o presidente a se concentrar na administração do governo neste início do segundo mandato. "Nós teremos um ano duro, o governo terá que ter muita iniciativa e Fernando Henrique vai ficar em cima dos ministros", disse um deles, referindo-se à guinada na conduta do presidente.

Na terça-feira, Fernando Henrique reuniu no Palácio do Planalto os ministros do Desenvolvimento, Celso Lafer, das Comunicações, Pimenta da Veiga, e da Casa Civil, Clóvis Carvalho, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, justamente para tratar de uma agenda de medidas positivas para o país.

O presidente continuará sendo o principal articulador político do governo, mas delegará cada vez mais tarefas de articulação institucional ao ministro Pimenta da Veiga. A articulação com o Congresso, apesar de ainda não terem sido votadas as emendas da CPMF e do Imposto Verde, também recairá mais sobre os ombros de Pimenta da Veiga e dos demais ministros políticos - Eliseu Padilha, dos Transportes, Francisco Dornelles, do Trabalho, e Waldeck Ornélas, da Previdência.

Popularidade - A decisão de Fernando Henrique, segundo um de seus auxiliares, decorre da constatação de que março, abril, maio e junho costumam ser os meses mais tumultuados para o governo a cada ano. "Há fatores permanentes, como a retração da economia, e circunstanciais que transformam o segundo bimestre do ano no mais difícil para o governo", resumiu o porta-voz da presidência, embaixador Sérgio Amaral. Nos últimos anos, os meses de março, abril e maio registraram, segundo índices do Dieese, as maiores taxas de desemprego aberto na Grande São Paulo.

A conseqüência imediata tem sido, todos os anos, a queda na popularidade do presidente e na avaliação que se faz de seu governo nos meses de maio e junho. Os índices de



Fernando Henrique costuma passar entre março e junho os momentos mais difíceis

ótimo e bom da administração tiveram seu pior desempenho neste período: 39% em maio de 95, 34% em junho de 96, 35% em maio e 32% em junho de 98.

A ebulição desse período, segundo o assessor para Assuntos Sociais da Presidência da República, Vilmar Faria, decorre do ingresso no mercado de trabalho de milhares de jovens recém-formados, da expectativa em relação ao aumento do salário-mínimo em 1º de maio e aos dissídios trabalhistas de importantes categorias profissionais. Nesse período, de forma cíclica, também há uma retração natural da economia, que esteve aquecida com o final do ano (indústria e comércio) e com o verão (serviços).

Imagem - No ano passado, a esses fatores permanentes se juntaram as queimadas em Roraima e a antecipação da seca no Nordeste. Para este ano, o presidente trabalha para intervir em um cenário que vai unir o aumento do desemprego e a volta da inflação. Além de medidas pontuais que deverão ser anunciadas, Fernando Henrique está preocupado com sua imagem, afetada prematuramente neste ano pela mudança da política cambial.

O secretário de Comunicação de Governo, Andrea Matarazzo, encerrou na semana passada um roteiro de reuniões com os ministros para tratar da imagem do governo. "Precisamos sair do tema econômico porque o governo está fazendo muita coisa", disse Matarazzo. O secretário está organizando uma agenda de eventos positivos para mostrar à opinião pública que o governo não está paralisado pelo descompasso na política econômica.

"Vamos dar ênfase à ação social. A Petrobras quase dobrou a produção de 94 para cá e na campanha estamos mostrando os empregos gerados pela empresa", afirmou o secretário. Nas reuniões com os ministros, Matarazzo tem feito críticas à falta de planejamento na comunicação institucional do governo e à falta de cuidados de marketing com a figura institucional da presidência da República.

Emprego - Manter a inflação sob controle e reagir ao desemprego são as tarefas prioritárias do governo nos próximos meses. O ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, avalia que, apesar das dificuldades, o cenário não é tão pessimista. "Há vários seto-

res reagindo devido à mudança na política cambial. A indústria nacional terá maior competitividade no mercado interno", disse Dornelles, referindo-se às siderúrgicas e fábricas de brinquedos, têxteis e de calçados.

O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, sugeriu ao presidente a criação de um grupo de trabalho interministerial para estimular a construção naval. Com a desvalorização do real diante do dólar, os estaleiros brasileiros têm condições de receber, a preços competitivos, todas as encomendas da Petrobras. "O Fundo de Marinha Mercante tem um caixa neste ano de R\$ 600 milhões e esse dinheiro poderá ser usado para criar empregos", disse Padilha. Nos dois últimos anos, o Fundo não usou o dinheiro da arrecadação das taxas portuárias e repassou ao Tesouro Nacional cerca de R\$ 1 bilhão.

O Imposto Verde, que depende de aprovação do Congresso, também está inserido na estratégia para ampliar a oferta de empregos. Os cortes no orçamento, no ano passado, em decorrência da crise da Ásia, fecharam 64% das vagas no setor rodoviário nacional de agosto a dezembro. A ocupação no setor, que era de 25.603 empregos em 31 de agosto, ficou reduzido a 9 mil em 31 de dezembro.

Oposição - A crise econômica e o esforço para que o Brasil volte a ser uma economia confiável para investidores internacionais não serão as únicas dificuldades que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem pela frente. O ambiente promete ser bastante tumultuado também no campo político. A oposição está animada com o fracasso da política econômica, baseada em investimentos externos, e vai partir à ofensiva. "No primeiro mandato resistimos; agora vamos bater e propor alternativas para nos credenciarmos como alternativa de poder", adiantou o deputado José Genoíno (PT-SP).

Depois de quatro anos de apatia, desde a derrota da greve dos petroleiros, em 1995, a oposição considera que o movimento sindical começou a dar sinais de vitalidade. A greve da Ford pela manutenção de empregos é citada pelos opositoristas como indicio de que a sociedade está mais disposta a sair às ruas e se mobilizar contra o governo e sua política econômica. "O movimento social se mobiliza em cima de bandeiras concretas", previu Genoíno.